

O APARELHO MILITAR PORTUGUÊS NO CONTEXTO DA CONQUISTA DE CEUTA E A TRANSFORMAÇÃO DOS ASSUNTOS DA GUERRA NO SÉCULO XV¹

Abílio Pires Lousada

Resumo

Entre o fim das guerras de reconquista travadas em território português (1249) e a conquista de Ceuta (1415) há três momentos orientadores da reorganização do aparelho militar que importa conhecer: o de D. Dinis (1279-1325), que o define em tempo de paz aproveitando as fronteiras de equilíbrio com Castela, firmadas em Alcañices, em 1297; com D. Fernando (1367-1383) que, pelo contrário, o fez sob pressão, sendo obrigado a adaptá-lo às contingências da guerra europeia e à pressão militar exercida pela vizinha Castela; período de D. João I (1385-1431), assinalada pela guerra da Independência e a transição de uma estratégia defensiva terrestre para uma ofensiva marítima que marca o início da Expansão Ultramarina.

A conquista de Ceuta acontece no início do século XV, marca temporal de uma nova era da História e da utilização dos meios de coação militares, com a utilização da pólvora nos campos de batalha a constituir a maior transformação/inação dos assuntos da guerra.

Este ensaio pretende evocar os 600 anos da conquista de Ceuta, lembrando os acontecimentos ocorridos nos idos de 21 de agosto de 1415, percorrendo, à *anteriori*, o aparelho militar que viabilizou o empreendimento e focando os momentos subsequentes pós Ceuta enquanto representatividade político-militar desse Portugal de quatrocentos.

1. CONTEXTO TEMÁTICO

A 25 de julho de 1415, largava do Tejo, em Belém, uma armada portuguesa com destino ao Estreito de Gibraltar, comandada pelo Rei D. João I. O destino, ainda envolto em segredo, era Ceuta, cidade comercial mourisca voltada para o Mediterrâneo. A 10 de agosto, as embarcações atracaram em Algeciras, onde as primeiras instruções sobre o objetivo a atingir e respetivo *modus operandi* foram transmitidas. E a 21 de agosto a armada chegou, enfim, à vista da cidade. Para trás ficava a epopeia gloriosa de Aljubarrota, mítica batalha que aqueles mesmos protagonistas tinham travado e vencido contra Castela, garantindo a soberania portuguesa, com quem se acomodou a paz em Segóvia, a 31 de outubro de 1411. Ceuta, que representou a «pia batismal» e Escola de Guerra da Expansão Ultramarina,

¹ In CPHM, Nos 600 anos da Conquista de Ceuta, XXIV Colóquio de História Militar, 2016.

fundamentou o posterior conceito estratégico de João II «conter Castela em terra e batê-la no mar» e deu corpo ao período áureo da portugalidade – o Império Ultramarino do século XVI.

2. O APARELHO MILITAR PORTUGUÊS NO SÉCULO XIV²

A 14 de março de 1319, D. Dinis tomava formal conhecimento da Bula Papal *Ad eaex Quibus Cultus Augeatur Divinus*, passada em Avinhão por João XXII, que criava a Ordem da Milícia de Jesus Cristo. Consumava-se por essa via o génio diplomático do monarca português junto da Cúria Romana. De facto, sujeita a um processo tortuoso e extinta por determinação papal em 1312, a Ordem dos Templários renascia em Portugal com outra «roupagem»; a Ordem de Cristo é uma criação com o património, os conhecimentos e cavaleiros do Templo e com membros de Avis, incluindo o mestre D. Gil Martins, enquanto o Mestre da extinta Ordem do Templo, Vasco Fernandes, passou a comendador de Montalvão e professo na Ordem de Cristo, e uns quantos irmãos eram reencaminhados, por sua vez, para a Ordem de Avis.

A criação da Ordem Militar de Cristo a partir das cinzas da do Templo sucede a reestruturações militares realizadas em tempo de paz, que fazem de D. Dinis um político de inelutável sentido de Estado e de ímpar visão estratégica. As reformas de maior alcance, além da nacionalização das ordens militares (Cristo, Avis, Santiago e Hospital), transformadas em corpos militares especializados, são, a nível terrestre, a criação dos besteiros de conto, contingentes quantificados a nível concelhio coordenados pelo anadel, com carácter de permanência e mesteres do seu ofício, ou seja, especializados, cabendo ao anadel-mor a responsabilidade de alistamento e de organização em todo o reino, e a restauração dos castelos de fronteira (principalmente no Alentejo e na faixa leste do Côa), onde emerge uma torre de menagem que confere a cada fortaleza uma defesa avançada, dinâmica e inexpugnável. Os alardos, concentração e treino periódico dos contingentes, tornaram-se recorrentes.

Quanto à Marinha, numa altura em que a vigilância costeira, sobretudo face aos mouros, ganhava corpo, assumir-se-ia como vetor inserido no poder nacional. Desenvolveram-se

² Bibliografia de referência: António Costa Canas – A Marinha no Reinado de D. Fernando. In A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante. XII Simpósio de História Marítima. Lisboa: Academia de Marinha, 2015; Armando Martins – Guerras Fernandinas. Matosinhos: QuidNovi, 2006; Carlos Selvagem – Portugal Militar. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991; José A. De Souto Mayor Pizarro – D. Dinis. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005; João Gouveia Monteiro – A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média. Lisboa: Editorial Notícias, 1998; José Filipe de Barros Rodrigues – Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História. Secção IV. História Militar. Lisboa: Escola do Exército, 1935-1936; Mário Jorge Barroca – Da Reconquista a D. Dinis. In Nova História Militar de Portugal. Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003.

estaleiros em Lisboa, Porto, Vila Franca, S. Martinho do Porto, Vila do Conde, Viana do Castelo, criaram-se os marinheiros de conto, com a mesma especificidade organizativa da dos besteiros, cuja fonte de recrutamento eram os concelhos do litoral entre barqueiros e pescadores, desenvolveram-se as barcas (ligeiras, para transportar tropas em defesa de meios fluviais) e as naus (para longas viagens, com função de transporte de tropas e menos para utilização em combates navais), que ampliavam as tradicionais galés, galeotas e fustas. A tripulação era recrutada pelo sistema de vintenas do mar (assim designados pois quando as galés se armavam de cada 20 homens tirava-se um para o remo). O foro de cavaleiro era concedido a timoneiros, alcaide do mar, alcaides de galés. Apesar de não estarem bem demarcadas as funções militares e as de comércio da marinha numa época em que os combates navais eram uma extensão dos terrestres através de abalroamento e abordagem, criou-se o alto cargo de almirante-maior. Portanto, à semelhança do vetor militar terrestre, também o marítimo assumia um caráter permanente e profissionalizado.

No reinado de D. Fernando outras alterações militares surgiram, em consequência das guerras que este monarca sustentou com Castela — em número de três e de consequências nefastas para a causa portuguesa — e da vinda de ingleses a Portugal para participarem em operações militares. Assim, o cargo de Alferes-mor foi desdobrado nos de Condestável, comandante militar do reino e responsável pela condução das operações militares, e de Marechal, adjunto do Condestável e a quem competia a justiça e administração dos assuntos administrativos da hoste. Outra modificação foi a designação de vanguarda, alas e retaguarda que substituíram as de dianteira, costaneiras e zaga, com que até essa altura eram designadas as três partes em que se dividia uma hoste em formação de combate.

Com o país em permanente estado de guerra, as principais cidades, com destaque para Lisboa e Porto, foram amuralhadas e foi instituído o serviço militar obrigatório às milícias concelhias. Se a lei das Sesmarias procurou rentabilizar o trabalho agrícola, a criação da Companhia das Naus visou a proteção da marinha mercante. Os assuntos do mar mereceram, de facto, a atenção de D. Fernando ao conceder livre uso de madeira das matas da coroa, isentar de impostos a construção de navios de grande porte e ao apoiar os artífices do mar como os calafates, carpinteiros, alcaides e petinais, isentando-os de impostos.

D. João I adequa militarmente o Reino entre o fim da guerra com Castela e a decisão de conquistar Ceuta: regulamenta o serviço dos fidalgos aquontiadados de acordo com os bens próprios, de modo a garantir 2360 cavaleiros com lança; fixa o serviço montado das ordens militares em 3500 homens a cavalo; formaliza o regimento do anadel-mor de modo a avalizar a importante estrutura dos besteiros, incluindo-lhe os de garrucha (besteiros a cavalo); pelo

regimento dos coudéis (responsáveis pelo serviço militar da peonagem) generaliza o serviço militar nos concelhos e proíbe o uso de machos/mulas no serviço militar montado; alarga o serviço estipendiário (contrato a soldo de voluntários) e homiziado (remissão de penas de justiça mediante serviço militar).

Mas sobretudo, D. João I faz adequado aproveitamento do vetor militar com caráter permanente e profissional legado por D. Dinis e da conscrição imposta por D. Fernando. Visível em Ceuta.

3. A CONQUISTA DE CEUTA³

Ao raiar da aurora de 21 de agosto de 1415, D. João I e o contingente expedicionário que o acompanha está fundeado e defronte a Ceuta. Para trás ficaram o constrangimento da morte da Rainha D. Filipa de Lencastre, a 19 de julho, e a tormenta marítima, ocorrida a 15 de agosto, que desarticulou a frota, atemorizou parte do contingente e anulou o efeito de surpresa sobre a cidade mediterrânica.

Realmente, organizadas nas frotas de Lisboa, comandada pelo infante D. Pedro, e do Porto, pelo infante D. Henrique, a expedição convergiu em Lisboa, rumou a Lagos, sulcou o mar e, entre ventos e marés tomentosas, fundeou em Algeciras, na ponta do Carneiro, a 19 de agosto. D. João I comanda e o príncipe D. Duarte coadjuva. São mais de 220 embarcações, entre naus e galés de vários portes e tonelagens (de guerra, transporte e apoio logístico) e outras embarcações de menor envergadura, organizadas em Portugal e fretadas na Bretanha, Alemanha, Flandres e Inglaterra, com cerca de 2.000 marinheiros e perto de 10 mil combatentes, entre homens de armas, besteiros, escudeiros e lanceiros⁴.

Em Ceuta, o comandante da praça, Salah ben Salah, que se inquietou quando soube que a expedição lhe era destinada, sossegou após assistir aos contratempos que os elementos naturais infligiram às embarcações portuguesas. De tal forma que cancelou o pedido de ajuda feito ao governador da praça de Fez. Erro!

Entretanto, a 21 de agosto de 1415, o grosso da expedição portuguesa estava fundeada ao largo de Ceuta. A decisão estava tomada e a praça era para ser conquistada.

Nesse momento que antecedeu o ataque, o Rei terá desfiado as conceções estratégicas subjacente à conquista: i) razões relativas à segurança do Reino, pois o controlo de Ceuta, situada na confluência do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo, permitiria controlar o

³ A *Crónica da Tomada de Ceuta*, escrita cerca de 1450 pelo cronista do Reino Gomes Eanes de Zurara (Mem Martins: Publicações Europa-América, 1992) é base incontornável de qualquer escrito centrado na Conquista de Ceuta. Este capítulo não foge naturalmente à regra.

⁴ José Loureiro dos Santos – Ceuta 1415. A Conquista. Lisboa: Prefácio, 2002.

tráfego marítimo do Atlântico, manter uma certa pressão a sul do território castelhano e granadino e anular a incómoda base de pirataria muçulmana contra as costas do território português e a navegação de alto mar. E a sua conquista ocuparia e adestraria uma nobreza belicosa há demasiado tempo a limpar armas; ii) razões subjacentes ao bem-estar do Reino, atendendo que a crise vivida nas décadas anteriores impôs dificuldades económicas e financeiras materializadas na falta de cereais, mão-de-obra, matérias-primas e escassez de ouro para cunhar moeda. Ceuta inseria-se numa zona cerealífera, onde a abundância «estimulava apetites» e era um importante ponto de comércio, onde chegavam especiarias, ouro e escravos de África e do Oriente, transacionados depois para a Europa através de entrepostos comerciais como Génova. Ceuta abriria, assim, novas portas comerciais à burguesia; iii) razões de prestígio do Reino, uma vez que alargaria a presença cristã em terras islâmicas, motivando um serviço a Deus sob os auspícios do vigário de Cristo em Roma; iv) razões de preito pessoal, que com a conquista anularia o manto psicologicamente castrador de um rei bastardo enquanto, paralelamente, juraria cavaleiros os filhos legítimos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique e o bastardo D. Afonso.

Optando pela convergência de forças no mar, D. João I dera o seu conceito de operações em Algeciras, na véspera: concentrado o grosso da frota em frente à cidade, o Rei efetuariá uma manobra de diversão, iludindo os sitiados à iminência de um desembarque em larga escala. Este estratagema obrigaria os mouros a canalizar forças antes de tempo e numa área que não constituía objetivo decisivo; então, a força do Infante D. Henrique desencadearia o ataque principal, desembarcando numa enseada a oeste da cidade e atacando em Almina; numa segunda fase, os efetivos convergiam e continuavam o ataque em direção ao castelo, último reduto defensivo das forças do governador local⁵.

Entre os ânimos exaltados de alguns e os temores de uns quantos, tudo estava em boa ordem e a postos para ao sinal do Monarca as forças portuguesas invocarem Deus, gritarem pelos bons ofícios de São Jorge e arremeterem contra Ceuta. Mas é bem possível que ainda nesse momento D. João I, tendo junto a si D. Nuno Álvares Pereira, partilhasse as dúvidas em relação à aventura de Ceuta: i) seria a capacidade naval suficiente para garantir apoio e força suficiente tendo o objetivo à vista; ii) a massa combatente era adequada para efetuar o assalto e levar de vencida a resistência autóctone; iii) pesados os custos e os ganhos, seria a conquista

⁵ Abílio Lousada [et al] – Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português. Lisboa: Jornal do Exército, 2011.

de Ceuta estrategicamente vantajosa; iv) e a dúvida, porventura mais pertinente, caso a cidade fosse conquistada era possível a sua preservação⁶.

O tempo o diria e Deus o ditaria. Mas a questão que mais inquietava o monarca era o facto de estarem presentes na empresa, e com o sangue na guelra, os seus filhos adultos e putativos herdeiros do Reino. Para além do próprio D. Nuno, esse intrépido companheiro de armas e hoje um homem santo que deu assentimento à «aventura», e demais homens de armas da nobiliarquia lusitana. E se as «coisas» corressem mal? O Reino tão laboriosamente edificado ao longo de dois séculos podia ficar ao deus dará. Afinal, a paz com Castela tinha sido assinada só há três anos. A aventura era perigosa, de sucesso não garantido e de usufruto não mensurado. Mas Deus era soberano e acreditava que arbitraria em nome da cristandade. Confiava ainda que o planeamento fora ponderado, os homens continuavam motivados e a intrepidez da coragem de cada um e força moral do seu todo levariam avante o pensado.

D. João I ali estava; como sempre nos momentos determinantes. Mantinha o ânimo de há trinta anos, aquando da epopeia de Aljubarrota, a prudência estratégica e a tomada de decisão na hora da verdade mantinham-se como seus predicados maiores. Ademais, e apesar dos seus provecos 58 anos, fisicamente ainda estava capaz de pegar na espada, acometer uma fortaleza e espadeirar o inimigo, como tantas vezes fez durante o período da crise 1383-1385 em que teve de reduzir à obediência as praças que em Portugal bradavam por Castela. Era então mestre da Ordem de Avis e revelou-se à época mestre na arte de sitiar e subjugar fortalezas adversárias.

Agora, trinta anos volvidos estava às portas de Ceuta, a milhas de distância do Reino e pronto a reduzir à obediência um dos entrepostos comerciais e fortalezas militares mais caros aos muçulmanos. Que, entretanto, faziam fogo para água, atendendo que a distância das frotas lhes negava o alvo. D. João I ia cravar lança em África. A decisão estava tomada e os acontecimentos seguiriam o seu curso.

Estava D. João I absorto nos seus pensamentos quando, de forma inopinada, ocorreram recontros na praia entre contingentes do conde de Barcelos e alguns de D. Henrique – cerca de 150 homens – contra forças muçulmanas que ali acorreram para impedir desembarques na praia. Travaram-se então os primeiros combates e os autóctones foram retirando em direcção às muralhas, com os portugueses no seu encalço. Pensando que tal podia ser um ardil do inimigo para os chamar à praia e, a partir das muralhas os chacinar, D. Duarte e D. Henrique desembarcaram e juntaram forças de forma a impedir o inimigo de se fechar intramuros.

⁶ Martins Barrento – O Sentimento Estratégico de D. João I. In Revista Militar. Lisboa: Dezembro de 2014.

À boa maneira medieval, a desordem instalou-se, mas os combates subiram de intensidade. Os portugueses, cujo número na praia subiu para 500, mantiveram o ímpeto e arremeteram contra a mourama, que foram retirando sob pressão procurando refúgio nas muralhas da cidade. Sem efeito, pois não conseguem fechar os portões a tempo. Portugueses e mouros engalfinham-se no interior da cidade numa sucessão de combates corpo-a-corpo.

Curiosamente os acontecimentos não evoluíam conforme previsto por ambos os lados: os portugueses desembarcaram e entraram em combate antes de tempo; os muçulmanos empenharam-se na praia mais que o desejado e retiraram demasiado tarde e com o inimigo no encalço, que pôde penetrar no interior das muralhas. A D. João I, do lado cristão, e Salah bem Salah, do lado islâmico, impunham-se decisões.

O monarca português tomou a iniciativa de reforçar e explorar o sucesso inicial, porque temia um eventual desastre face à atuação desgarrada. Mandou desembarcar o grosso da força fundeada frente à cidade, que com D. Pedro à frente irrompeu Ceuta adentro dividido em quatro colunas, travando nas ruas e vielas combates de rara ferocidade. Lutava-se dentro de Ceuta e por Ceuta. Salah ben Salah percebeu que a relação de forças lhe era desfavorável e que combater em campo aberto contra um invasor bem equipado e melhor motivado redundaria numa carnificina e na perda inglória da cidade. Decidiu, assim, mandar recolher as forças no derradeiro ponto de defesa – o castelo.

Releva-se no contexto a imprudência altaneira do infante D. Henrique, que quase deitou tudo a perder ao acometer sem ordem nem critério como quem pretende o seu próprio feito de armas, a entreajuda prestimosa do príncipe D. Duarte, que reforçou com ordem o ataque daquele e com espírito de conjunto salvou o dia, a inteligência emocional do infante D. Pedro que cumpriu conforme planeado, a tenacidade guerreira com espírito de cruzada das gentes portuguesas e, acima de todos, D. João I

Entretanto, D. João I obriga-se a impor a sua autoridade, face a ações de saque que vai captando a atenção de uns quantos, e reorganiza as forças para acometer o castelo. A tarde já vai longa. E a decisão tomada é arrombar portões, enquanto os besteiros posicionados ao longo de perímetro garantem apoio pelo tiro. Teme-se um combate sangrento, face à possibilidade de os mouros se imolarem pelo sangue na defesa do reduto. A fase de tomada do castelo será, então, deixada para o dia seguinte, enquanto se procura a preitezia (rendição) das forças sitiadas e se vigia o exterior de modo a impedir auxílios externos à cidade, nomeadamente a partir de Fez.

Nada disso acontecerá. Salah ben Salah percebe que perdeu a parada e por culpa própria: não acreditou no desembarque português e, por isso, negou o apoio de Fez; não

guarneceu a cidade com meios navais; deixou aproximar a frota cristã das praias; procurou evitar os desembarques com reduzidas forças e sem meios de combate adequados; não organizou uma conveniente defesa do sistema amuralhado; deixou-se fixar no castelo, sem possibilidades de apoio a partir do exterior. Consequentemente, retirou as forças e abandonou o local pela calada do fim de tarde.

E disso se deu conta, aliviado, D. João I, na altura que organizava o cerco e dispunha as forças. Deixar uma porta ou janela de retirada a um inimigo pressionado é sempre bom princípio. A fase mais arriscada e decisiva da conquista de Ceuta resultou na tomada do castelo sem necessidade de combates. A 21 de agosto de 1415 a bandeira de São Vivente, símbolo da cidade de Lisboa, foi hasteada no castelo de Ceuta – tudo estava consumado.

4. CEUTA – ESCOLA DE GUERRA PORTUGUESA

Ceuta foi conquistada em cerca de 12 horas, com baixas aquém do temido. D. João I consolidou a tomada da praça e reorganizou as forças, através da colocação das embarcações a barrar a enseada e os contingentes terrestres dispostos pelo perímetro amuralhado, tendo presente a forte possibilidade de contra-ataques ou de uma ofensiva de retaliação levada a efeito pelas praças vizinhas. E o príncipe e infantes foram, então, armados cavaleiros.

E agora impunha-se a questão derradeira: que fazer de Ceuta? Abandoná-la depois de a arrasar ou preservá-la e guarnecê-la? Depois da prova de armas, a decisão foi célere e definitiva: Ceuta era para manter. Glorificava Portugal junto de Roma, que resultaria em privilégios por parte de Martinho V, prestigiava a coroa e a Dinastia de Avis na Península Ibérica, na Europa mediterrânica (Catalunha, Génova ou Veneza) ou no norte comercial europeu, com destaque para a Inglaterra (unida por laços de sangue matrimonial) e atemorizava os mouros a norte (Granada) e a Sul do grande lago entre terras.

A capitania da praça coube a D. Pedro de Menezes, nomeado no local por D. João I e a quem concedeu plenos poderes, o que diz bem da responsabilidade e perigosidade da missão: *“leixo-vos mais todo meu comprido poder, per que possais mamdar em esta çidade como eu propriamente faria, se presemte fosse”*⁷. Quando a armada portuguesa levantou âncora rumo ao Algarve, ficaram com D. Pedro cerca de 2.500 homens, maioritariamente da casa do rei, dos infantes e dos principais nobres, complementados por uns quantos voluntários, obrigados e homiziados. Uns ficaram por fama ou fortuna, outros para expiarem crimes ou pecados e outros porque assim lhes foi determinado. Ficaram entregues à determinação de um capitão

⁷ Gomes Eanes de Zurara – Crónica do Conde D. Pedro de Menezes. Edição fac-símile do Abade Correia da Serra (1792). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1998.

que se notabilizaria na função durante vinte e dois anos, ao apoio do reino em homens, armas e víveres e à asfixia marítima e pressão terrestre dos magrebinos.

Ceuta tornava-se um espinho cravado no meio muçulmano magrebino. Porém, por carta de 1426, o infante D. Pedro alertou o irmão D. Duarte, herdeiro do trono, que “*Ceuta é um grande sorvedouro de gente e de dinheiro*”. E foi-o, em certa medida, tanto mais que os proveitos económicos quase se esfumaram desde o primeiro instante, pois a rota de comércio (metais preciosos, especiarias e escravos) foi desviada e a abundância de trigo revelou-se um mito.

Mas Ceuta transformou-se num centro operacional de novas conquistas e teatro de guerra que funcionou como escola de guerra para portugueses e europeus em busca de glória, riquezas ou simplesmente um afiar de armas. Inicialmente, tornou-se necessário defender a praça da «danada seita» (mouras), ainda a armada de D. João I não se tinha extinguido na linha de horizonte, excluindo-se “*a possibilidade de iniciativa bélica no território vizinho porque, de início, não havia cavalos em Ceuta*”⁸. Depois, Ceuta e seus termos foram palco de recorrentes rebates (apelidar a defesa), almogavarias (cavalgadas) sem fim e ciladas recorrentes; a continuidade da guerra impôs a permanência da armadura por parte dos «novos senhores»⁹. O Norte de África era um novo teatro de guerra onde os portugueses desenvolviam esquemas táticos recuperados do tempo da reconquista e onde besteiros (tiro), almogávares (choque e movimento) e escudeiros (escutas e batedores) se notabilizariam.

D. Pedro de Menezes desenhou o seu comando, que lhe daria honra, glória e riquezas, à medida das possibilidades e das necessidades. Primeiro ocupou-se da defesa da praça, que foi sujeita a recorrentes investidas e assédios pela vizinhança mourisca. De seguida, à medida que foi recebendo cavalos e o inimigo foi sendo rechaçado através da guerra guerreada, criou uma terra de ninguém e alargou o espaço de suserania, desbastando o mato e arrasando casebres propícios a ciladas e desenvolveu a pastorícia e trabalho agrícola, obtendo relativa autossubsistência. Por fim, acometeu no mar, onde a atividade piscatória e comercial moura era intensa, a pirataria diária e as riquezas uma realidade. E no Mediterrâneo, às costumeiras naus, galés, galeotas, fustas, barcas e bergantins, os portugueses de Ceuta juntaram-lhe embarcações de novo tipo, como barinéis, alaúdes, zavras, caravelas ou albetoças, que eram mais maneiros, de exíguo porte e com guarnição reduzida, como convinha às arriscadas

⁸ António Dias Farinha – Norte de África. In História da Expansão Portuguesa. Direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Vol. I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1998.

⁹ Luís Miguel Duarte – A Marinha de Guerra. A Pólvora e o Norte de África. In Nova História Militar de Portugal. Direção de Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003.

empresas mediterrânicas¹⁰. O tempo dos capitães de mar e de terra definia-se e assumia-se em África, com proveitos inegáveis mais tarde a Oriente.

Por essa via, Ceuta tornou-se palco de guerra, tanto em terra como no mar. E a guerra associou-lhe o espírito de cruzada, a glória guerreira feudal, o saque individual e a projeção do modernismo quinhentista. Para quem guarnecia Ceuta, a guerra tornou-se um modo de vida altamente lucrativo, que rapidamente atraiu mais gente da metrópole e do espaço europeu. Gente que D. Pedro de Menezes foi escrutinando e utilizando em proveito próprio e dos desígnios do Rei e do Reino, envolvendo-os nas cavalgadas em terra, perigosas e cada vez menos rentáveis, e nas ações de corso no mar, menos dispendiosas e arriscadas e mais lucrativas¹¹.

Refere Zurara que “*Como a Cidade de Cepta seja casyhumma chave do mar Medio terreno, quaisquer Navios, que se armavaõ contra os infiéis, vinham alli fazer devisas*”¹². O que equivale a dizer que Ceuta se assumiu como símbolo português de prestígio internacional, fortaleza militar expedicionária, feitoria comercial e escola de guerra. De tal importância que foi recusada como moeda de troca quando o infante D. Fernando foi feito prisioneiro em Fez depois do desastre de Tânger, em 1437. Curiosamente, no mesmo ano em que morria o 1.º Capitão de Ceuta, D. Pedro de Menezes.

Ceuta continuaria, assim, isolada no espaço mourisco do Norte de África, até à conquista de Alcácer-Ceguer, em 1458 por D. Afonso V, seguindo-se-lhe Arzila e Tânger, em 1471.

5. O APARELHO MILITAR PORTUGUÊS E A GUERRA NO NORTE DE ÁFRICA

D. Duarte complementou a reforma dos deveres militares da componente nobiliárquica do Reino através do Regimento de Coudéis. Por esta via, estatuiu-se as obrigações de pegar em armas para as classes sociais mais baixas, uniformizando-as proporcionalmente ao nível de cada súbdito e por províncias. O modelo assentava num processo de recenseamento e convocação, aferição de bens e meios a mobilizar, revista geral e periodicidade de treinos, hierarquização e sanções penais. Entretanto, os artilheiros, uma classe recrutada nos mesteirais dos burgos, surgia como componente militar de crescente importância.

Relativamente à Marinha, ainda não nacionalizada, manteve o essencial da organização precedente, predominando a «Casa» do infante D. Henrique que se orientava na órbita da

¹⁰ Abílio Lousada, ob. cit.

¹¹ Nuno Silva Campos – D. Pedro de Menezes. O Primeiro Capitão de Ceuta. Lisboa: Setecaminhos, 2008.

¹² Gomes Anes de Zurara – Ob. cit. 1992.

Ordem de Cristo, da qual o infante era administrador. Entretanto, a caravela, por força dos descobrimentos, era o instrumento privilegiado da atividade naval, que foi aperfeiçoada, ficando mais veloz, flexível e adaptada a viagens de longo curso, com fins militares ou mercantis.

No reinado de D. Afonso V, sob impulso do infante regente D. Pedro, foram promulgadas As *Ordenações Afonsinas*, um conjunto de leis que regulava a vida do reino e era a sua expressão jurídica, nelas se incluindo o acervo das disposições militares reorganizadas nos reinados anteriores, desde D. Dinis a D. Duarte.

E de facto, a partir do segundo quartel do século XV, a par das expedições militares de conquista canalizadas para o Norte de África de forma a romper o isolamento de Ceuta, a costa atlântica assistia a um frémio de avanços navais e mercantis, iniciada com a descoberta do arquipélago da Madeira. Como bem escreveu Zurara “*cá nós de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela*”¹³. Portugal, consciente dessa realidade geopolítica, alargaria a presença no Atlântico e fíncaria influência no Mediterrâneo, tornando-se na primeira potência marítima ocidental¹⁴.

Até ao sucesso das armas portuguesas no Norte de África, concretamente Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger, relevam-se expedições que redundaram em fracasso.

5.1. O Desastre de Tânger

A primeira das quais foi a pretensão de conquistar Tânger, estimulada pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, com parecer em sentido contrário dos infantes D. João e, particularmente, D. Pedro que, ao alerta de que “*Ceuta é um grande sumidouro de gente e de dinheiro*”, acrescentou ser impraticável conquistar e povoar novas localidades à custa de um Reino tão minguido de gentes, pois isso seria trocar “*boa capa por mau capelo, pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar a África*”¹⁵. Premonitório face aos acontecimentos que ocorreriam em 1578!

D. Duarte decidiu-se pela conquista de Tânger. Porquê? É o próprio monarca que enumera por escrito as razões: i) prestar serviço a Deus e dar seguimento à vontade de D. João I, expressas antes da sua morte; ii) manter acesa a fama das armas portuguesas e tirar da ociosidade o exercício das armas de acordo com a vontade da nobreza do reino; iii) por ver “*a guerra geral entre todos os cristãos e tais entre alguns príncipes que poderíamos ser*

¹³ Gomes Eanes de Zurara – Ob. cit. 1992

¹⁴ Jorge Borges de Macedo – História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, s/d.

¹⁵ Rui de Pina – Crónicas. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1977.

requeridos de cujo requerimento bem não poderíamos haver escusa, e de fazer tal guerra se nos recresceriam grandes inconvenientes que não eram serviço de Deus e a nós grandes embargos de que todo éramos fora por fazer esta armada sobre os infiéis”, que era o caso das ações na Flandres contra os franceses e a ameaça moura a Castela; iv) por ter recebido apoio da maioria do Conselho régio e por ver a disposição de seus irmãos, do sobrinho do conde, dos capitães e de outra gente para tal feito, permitindo aferir a capacidade de atuação guerreira dos jovens de armas; v) por se intuir que em Marrocos lavrava a guerra entre iguais, favorecendo as armas portuguesas¹⁶.

Para o efeito, organizaram-se duas frotas, uma em Lisboa, pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, e outra no Porto, pelo conde de Arraiolos, que convergiram em Ceuta a 27 de agosto de 1437. As instruções do rei D. Duarte, que não participou na empresa, eram claras: i) efetuar demonstrações de força em frente de Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila, de modo a tornar indefinido o objetivo a atingir, fixar as guarnições mouras e impedir o apoio mútuo entre praças; ii) avançar com as tropas de assalto por terra, desde Ceuta até Tânger; iii) estabelecer arraial em Tânger, mantendo ligação e apoiada na frota fundeada; iv) não tentar mais do que três assaltos sucessivos, cujo insucesso poria fim à expedição, recolhendo-se a Ceuta e aguardando por reforços até março do ano seguinte¹⁷.

Contudo, a operação, com deficiente número de homens e munições e mal preparada em Ceuta, resultou num desastre militar. Sem esperar pelos reforços solicitados no estrangeiro, a 9 de setembro o infante D. Henrique pôs-se em marcha por Tetuão, à frente de 5 a 6 mil homens, enquanto o infante D. Fernando zarpou com a frota e fundeou ao largo de Tânger¹⁸. A 13 desse mês, D. Henrique estava defronte de Tânger, onde assentou arraiais e organizou a operação, dando início à operação somente a 20 de setembro. O primeiro assalto, como de resto o segundo, desencadeado a 5 de outubro, fracassou. E fracassou porque os portugueses, e D. Henrique em particular, subestimaram a vontade e unidade mourisca da região, que se uniram em torno de Salah ben Salah, antigo governador de Ceuta, engrossando o número de combatentes¹⁹. Para além do facto da aproximação por terra a Tânger ter sido detetada, o local onde foi montado o arraial ficava afastado da frota de D. Fernando e o tempo decorrido entre a chegada aos termos de Tânger e o lançamento do assalto (8 dias) permitiu reforçar a defesa da praça em homens e material.

¹⁶ D. Duarte – Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

¹⁷ D. Duarte – Ob. cit.

¹⁸ Carlos selvagem – Ob. cit.

¹⁹ Luís Miguel Duarte – Ob. cit.

Apesar de ter sido rechaçado duas vezes, D. Henrique não desistiu e mandou vir de Ceuta escadas maiores, madeira para construir palanques para os espingardeiros e os besteiros e mais peças de artilharia e munições. Ultimava-se o derradeiro assalto quando chega a Tânger uma enorme massa de mouros decidida a sustentar a praça, enviados pelos reinos de Fez e de Marrocos. E desta forma, a 9 de outubro, D. Henrique e as forças que comandava foram atacadas e cercadas no arraial junto à praia; “*os portugueses passavam de sitiante a sitiado*”²⁰. Combateu-se tenazmente nas praias e no próprio arraial português mas, incapaz de romper o cerco, a 13 de outubro D. Henrique capitulou. Seguiram-se os termos da rendição, que permitiu a retirada portuguesa na condição de deixarem no campo todo o equipamento e armamento e o acordo de restituição de Ceuta. Para efeito, D. Fernando ficou refém de Salah ben Salah e D. Henrique levou consigo o filho do governador. Como é sabido, a restituição de Ceuta não foi aceite na corte portuguesa e o infante morreu cativo em Fez.

5.2. As Conquistas de D. Afonso V

Na década de 1450, D. Afonso V recupera a política de expansão em Marrocos. Porque havia um resgate de honorabilidade a restaurar em Tânger e Ceuta se sustentava com dificuldade, impunha-se cortar em definitivo a presença mourisca do estreito e antecipar pretensões castelhanas de controlo do Norte de África. Acresce que em 1453 Constantinopla caiu em poder dos otomanos do sultão Maomé II, temendo-se os seus efeitos na Europa cristã.

Alcácer-Ceguer

Decidido a conquistar Tânger, mas desaconselhado pelo governador de Ceuta, D. Sancho de Noronha, D. Afonso V decidiu-se por Alcácer-Ceguer, praça situada a meio caminho entre Ceuta e Tânger. Com a colaboração dos infantes D. Henrique e D. Fernando (irmão do rei) e o marquês de Valença, D. Afonso V reuniu uma armada considerável, superior a 200 velas, entre naus, galés e navios de carga, e cerca de 25 000 combatentes. Em 21 de outubro de 1458, a armada portuguesa fundeou à vista de Alcácer-Ceguer. O ataque foi sustentado no fogo das bombardas contra as muralhas, os homens de armas acometeram as portas da fortaleza e foram encostadas escadas em vários pontos do sistema amuralhado para o assalto. Combateu-se durante todo o dia e pela noite adentro. Os mouros renderam-se na manhã de 23 de outubro. Alcácer foi utilizada como ancoradouro e a posse da cidade garantia tráfego mais livre no Mediterrâneo²¹, apesar de depender em tudo da metrópole para a sua

²⁰ Carlos Selvagem, ob. cit.

²¹ Saul António Gomes – D. Afonso V. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

sustentação. O comando foi concedido a D. Duarte de Menezes, filho do primeiro capitão de Ceuta.

Tânger – “*Um desastroso Caso*”

Mas o objetivo estratégico (e psicológico) a atingir era Tânger e, a partir de 1462, o assunto voltou a debate na corte. Senhor de três praças, Ceuta, Alcácer e Tânger, D. Afonso V criaria um «Algarve Além-mar» e, com ele, dominaria o estreito de Gibraltar. Assim, entre 1463-1464, as investidas a Tânger sucederam-se e, a cada investida, resultava um insucesso.

A primeira ofensiva ocorreu em novembro de 1463, desencadeada a partir de Alcácer-Ceguer, pois durante o percurso Lagos-Ceuta a armada e o efeito surpresa foram desarticulados pela intempérie. Planeou-se um ataque concêntrico, D. Afonso V comandava o contingente terrestre e Luís Mendes de Vasconcelos atacaria por mar. Incapazes de desembarcarem por o mar estar encrespado, as embarcações foram fustigadas pelo fogo de bombarda a partir das muralhas de Tânger, enquanto o rei, pensando ser o sinal para avançar, acometeu sobre as muralhas. Para retirar de imediato e debaixo de fogo.

A segunda teve lugar em Janeiro de 1464, cabendo a D. Fernando, infante e irmão do rei, a iniciativa. Saiu de Alcácer-Ceguer, em 19 de janeiro de 1464, com um curto contingente de cavaleiros e peões. Chegados a Tânger, um punhado de portugueses escalou as muralhas da fortaleza pela calada da noite decididos a tomar as torres principais. Intercetados, as sentinelas deram o alarme e os sitiados foram encurralados, ficando à mercê dos espingardeiros e besteiros mouros. D. Fernando foi obrigado a retirar para Alcácer, pagando um elevado tributo de sangue, mais um, por Tânger – 200 mortos e 100 prisioneiros – que contava alguns dos mais importantes fidalgos portugueses²².

Tânger, como se referiu o cronista Rui de Pina, era um “*desastrado caso*”²³ e atacá-la diretamente revelava-se contraproducente. Tânger transformou-se, realmente, numa maldição, agravada pelo facto de Castela ter, entretanto, conquistado o «rochedo» de Gibraltar aos muçulmanos, em 1463. Mas D. Afonso V não desistiu e a expansão no Atlântico ao longo da costa africana foi concedida por arrendamento a Fernão Gomes.

Arzila e Finalmente Tânger

D. Afonso V decidiu-se finalmente se por uma manobra estratégica indireta, ou seja, definiu Arzila como objetivo intermédio.

²² Carlos Selvagem – Ob. cit.

²³ Rui de Pina – Ob. cit.

Posicionada na costa meridional marroquina, junto ao Atlântico, e situada 50 léguas a sudoeste de Tânger, Arzila era uma cidade de consideráveis dimensões. Sede de uma região rica em agricultura e consideravelmente povoada, ostentava dez torres e cinco portões. Não tinha um porto seguro e na altura estava algo isolada, com Tânger a norte em permanente estado de alerta e Fez a sul a viver uma luta interna pelo poder. O próprio capitão de Arzila, Mulei Xeque, estava na altura a cercar Fez, onde vingaria como sultão da nova dinastia Oatácida, no ano seguinte. Mas não a tempo de resgatar Arzila.

A conquista de Arzila deixaria Tânger numa situação crítica: pressionada por Arzila a sudoeste e Alcácer e Ceuta a nordeste. Para o efeito, o rei enviou em antecipação uma equipa de espionagem da sua confiança, constituída por Vicente Simões, conhecedor dos assuntos do mar, e Pêro de Alcáçova, escrivão da Fazenda, de modo a aferirem dos litígios e instabilidade política prevalecente no reino de Fez²⁴.

Conhecedor da conjuntura magrebina, organizou então uma poderosa armada constituída por mais de 400 velas, sobressaindo as naus, caravelas, galés, urcas e carracas, com 30 000 homens embarcados, além de outro tipo de embarcações como as taforeias para transporte de cavalos, e batéis, caravelas de menor tonelagem e vasos de carroto para as operações de desembarque. O exército de terra e de mar era também considerável, identificando-se os homens de armas e escudeiros, besteiros, espingardeiros e bombardeiros. Notável, a crer nos cronistas!

D. Afonso V zarpou de Lisboa rumo a Lagos a 15 de agosto de 1471, não sem antes ter dado “*Regimento aos almirantes de Portugal*”, ficando claro que a estratégica militar do Reino se orientava sobremaneira para as «coisas do mar e do comércio»²⁵. A 17, as frotas organizadas em Lisboa e Porto reuniram-se em Lagos, contando com a presença, além do monarca, do príncipe herdeiro D. João, dos condes de Monsanto e de Marialva e de membros das ordens militares de Cristo e do Hospital.

A travessia decorreu sem sobressaltos e a 20 de agosto a poderosa armada portuguesa fundeava defronte de Arzila.

A 20 de agosto de 1471, portanto, os portugueses estavam prontos a desembarcar e a concretizar aquela que viria a ser uma típica operação anfíbia²⁶. No entanto, a costa desabrigada e o mar altaneiro, associados aos perigosos recifes tornaram o desembarque uma tormenta. Fizeram-no e sujeitaram-se durante três dias a problemas de vária ordem.

²⁴ Saul Paula Gomes – Ob. cit.

²⁵ Carlos Selvagem – Ob. cit.

²⁶ José Manuel M. F. Coelho – Operações anfíbias no reinado de D. Afonso V – reinado preambular das grandes epopeias marítimas. Comunicação apresentada na Academia de Marinha. 21 de junho de 2011 (pdf web).

Efetivamente, o grosso da artilharia não pôde desembarcar, o palanque, que permitiria fincar uma improvisada trincheira na praia para daí fazer fogo protegido, teve que ficar embarcado e os homens, pesadamente equipados e armados, sentiram a maior dificuldade para tomar posições de combate em terra, acabando cerca de 200 por se afogarem. De igual modo, uma caravela foi ao fundo. Enfim, a 23 tudo estava a postos, finalmente, para atacar Arzila.

O rei instalou arraial e organizou as forças e o apoio de fogo num fosso profundo. O cerco estava montado. Seguiu-se fogo de bombarda sobre as muralhas e, a granel, por espingardeiros e besteiros sobre os defensores. Preparava-se o assalto e, entretanto, dois lanços de muralhas ruíram, obrigando os defensores a reparações imediatas. Estava aberta a brecha que daria motivação para do cerco se passar ao assalto. Que ficaria para o dia seguinte.

Altura em que das muralhas são hasteadas bandeiras em sinal de rendição. Tarde de mais. À possível parlamentação sucedeu um ataque geral a Arzila, com guerreiros a forçar entrada através das muralhas esburacadas, enquanto escadas eram encostadas noutros pontos para as escalar. A ânsia de sangue e de conquista sobrepôs-se a uma mera formalidade de rendição. Em Arzila não se repetiria Alcácer. Os defensores foram obrigados a abandonar a defesa a partir das muralhas e remeteram-se na mesquita e no castelo. As entradas foram forçadas por gente em fúria e, uma vez ultrapassadas, a mesquita foi ocupada e na alcáçova do castelo travou-se uma luta sem quartel, tornando o local um morticínio. Relata-se que cerca de 2 000 mouros foram passados a fio de espada e cerca de 5 000 ficaram cativos²⁷. Do lado português há mortes importantes a registar, nomeadamente D. João Coutinho, conde de Marialva, e D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto e camareiro-mor do rei.

Magnânimo, D. Afonso V prescindiu do seu quinto de despojos, deixando aos seus homens os rendimentos do saque. Entretanto, a 25 de agosto a mesquita, como era uso, foi transformada em igreja de Santa Maria da Assunção, local sagrado onde o príncipe D. João, então com 16 anos, foi armado cavaleiro pelo Rei. A cerimónia terá sido feita à vista do corpo do conde de Marialva, perante quem o rei terá proclamado ao príncipe: “*Fylho, Deos vos faça tam bom cavaleiro como este que aquy jaz*”²⁸.

Enquanto estes acontecimentos decorriam, na praça de Tânger viviam-se momentos de amargura e indefinição. Pressionada a nordeste por Alcácer, vendo Arzila ruir a sudoeste e sem esperanças de socorros a partir de Fez e demais regiões adjacentes, os defensores e habitantes decidiram-se sobrevivência e consequente abandono. A notícia chegou a Arzila e ao rei numa altura em que se debatia o regresso a Lisboa, deixando a praça guarnecida, ou

²⁷ Rui de Pina – Ob. cit.

²⁸ Idem.

aproveitar o ímpeto e secundar Arzila com um ataque a Tânger. Em 29 de agosto de 1471, uma expedição de reconhecimento, comandada por D. João, filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, foi enviada a Tânger, que confirmou a notícia; a cidade tinha sido abandonada pelos seus habitantes, largando bens e haveres, que a incendiaram.

E foi assim que um comovido D. Afonso V, na companhia de D. João, entrou, em inícios de setembro, na «maldita» praça de Tânger, deserta e em chamas e “*já sem o ardente desejo de sua destruyçam e vingança*”²⁹. Não pôde, como lhe convinha, guerrear os mouros de Tânger, mas o usufruto da ocupação da praça rendeu proveitos assinaláveis, desde logo bombardas grossas, peças de artilharia e pólvora, entre outros bens «domésticos».

E por ali se quedou, durante 17 dias, a saborear a tomada de uma fortaleza que tantos dissabores e temores causou às armas portuguesas. Foi também a partir de Tânger que negociou com o novo sultão de Fez a paz na região, que incluiu o resgate das ossadas do infante mártir D. Fernando por cativos de Arzila, e a paz na região por um período de 20 anos. Os marroquinos compreendem que teriam que conviver com os portugueses durante largo período de tempo. D. Afonso V ficava senhor dos termos das praças conquistadas em território marroquino, o que o motivou a alterar o título de «rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta e de Alcácer Ceguer» para «rei de Portugal e dos Algarves d’além e aquém-mar em África».

«O Africano», enquanto cognome do rei de Portugal, assumia-se.

6. O SÉCULO XV E A TRANSFORMAÇÃO DOS ASSUNTOS DA GUERRA

O século XV assume-se como um século de transição entre dois mundos e duas épocas; marca a transição da Idade Média (476-1453) para a Idade Moderna (1453-1789). Dois acontecimentos o justificam, o fim da Guerra dos Cem Anos (1336-1453) e a queda do Império Romano do Oriente, com a tomada de Constantinopla pelo Império Turco do sultão Maomé II (29 de maio de 1453).

A queda do Império Romano do Oriente fez surgir na Europa um movimento social, político, militar e cultural visando o renascimento das culturas da Antiguidade Clássica (grega e romana). O movimento desenvolveu-se na Europa (Península Itálica) ao longo dos séculos XV e XVI e teve reflexos nas artes, nas ciências e também na guerra. No centro da transformação intelectual renascentista encontrava-se o reconhecimento do Humanismo, por oposição à mentalidade medieval teocêntrica do mundo. A visão heliocêntrica instala-se.

²⁹ Idem

Neste período, ocorrem as viagens marítimas europeias e a descoberta de «novos mundos» (onde Portugal teve um papel importante), com consequências de vários níveis, desde logo económicos, civilizacionais e culturais, mas também, necessariamente, políticos e militares. O mundo globaliza-se a partir da viagem de Vasco da Gama³⁰ e o mar tornava-se fonte de poder e de riqueza. Um domínio a que não é alheio a utilização da pólvora, seja na artilharia naval e de sítio (fortalezas), seja em contingentes apeados, iniciando a evolução técnica rápida³¹.

E nesta formulação, a utilização da pólvora nos campos de batalha representa o fim de uma era militar e constitui a primeira (e porventura maior) transformação/ inovação dos assuntos da guerra: i) a nível político, o poder régio foi-se centralizando, a população e as riquezas obtidas através das transações comerciais aumentavam rapidamente em proveito do Estado, as guerras feudais, travadas pela vã glória de castas nobiliárquicas e sujeitas a arbitragem divina, foram diminuindo e passaram a visar fins políticos e em que o fator decisivo era o poder; ii) a nível militar terrestre, os contingentes especializam-se e vão assumindo um carácter permanente, a exclusividade funcional da cavalaria é questionada e o desdém medieval pelas tropas a pé diminui, a artilharia tornou vulneráveis as muralhas dos castelos, as armas de fogo ligeiras anularam a proteção conferida pelas armaduras de chapa e tornou inconsequentes a honra e a bravura individuais, o planeamento estratégico foi reponderado, os dispositivos militares reorganizados e a conceção tática modificada; iii) o poder naval foi exponenciado, os estaleiros navais diversificaram-se e orientaram-se para a produção de embarcações em larga escala, a arquitetura naval dedicou-se a engrandecer e a aperfeiçoar navios mais robustos, manobráveis e rápidos e os vasos de guerra foram artilhadas com peças de grande calibre de tiro direto rasante ao nível do casco. Decorrente desta situação, a grande mobilidade dos navios e a eficácia da artilharia esbateram o tradicional abalroamento seguida de abordagem e combates corpo-a-corpo que caracterizavam até então a guerra no mar; iv) em termos económicos, tendo em conta a especialização dos exércitos, o aumento considerável dos efetivos mobilizados, a regularização do soldo e a utilização dos meios técnicos disponibilizados, com destaque para a artilharia, a guerra tornou-se um negócio dispendioso, obrigando os Estados a ponderarem o binómio objetivos-custos. É neste contexto que o comércio marítimo, associado ao poder naval, assume uma importância decisiva, materializada na célebre frase de Walther Raleigh «quem tem o mar tem o comércio do mundo, tem a riqueza do mundo; quem tem a riqueza do mundo tem o próprio mundo»; (v)

³⁰ Arnold Toynbee – Um Estudo da História. Martins Fontes, 1987.

³¹ Eric Muraize – Introduction à l'Histoire Militaire. Paris: Edições Charles Lavouzelle.

a nível social, realce para uma certa «democratização» da guerra, derivada do fim da exclusividade guerreira da aristocracia. Entretanto, o canhão e a arma individual representam dois elementos técnico-militares que à época foram entendidos como desonrosos relativamente à conduta a atozes face aos resultados atingidos, colocando a guerra num patamar socialmente degradante. Os ardis de guerra, as emboscadas, a perseguição do inimigo e mesmo a exploração da sua derrota, frequentemente considerados desonrosos e desleais pelos cavaleiros feudais, tornaram-se habituais.

O século XV é, enfim, o momento de transição entre dois mundos, o antigo e o moderno. Portugal não é exceção, passa do velho mundo feudal e da fronteira de pressão e conflito face a Castela, para o mundo moderno da fronteira de equilíbrio e da expansão ultramarina. Terminada e vencida a Guerra da Independência, Portugal libertava-se dos constrangimentos estratégicos que os reinos peninsulares lhe impunham; e para além da terra só o mar³².

Ceuta foi, com efeito, um sorvedouro de homens e de dinheiro; mas também um repositório de segurança, proventos de vária ordem e grande prestígio. Afinal, os três predicados subjacentes a um Estado com estratégia bem definida. Com Ceuta Portugal mostrava-se ao mundo; um mundo que a prazo e em larga medida iria cinzelar e civilizar.

Bibliografia

- BARRENTO, Martins – O Sentimento Estratégico de D. João I. Revista Militar. Lisboa. Dezembro de 2014.
- BARROCA, Mário Jorge – Da Reconquista a D. Dinis. In Nova História Militar de Portugal. Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003.
- CAMPOS, Nuno Silva, D. Pedro de Menezes – O Primeiro Capitão de Ceuta. Lisboa: Setecaminhos, 2008.
- CANAS, António Costa – A Marinha no Reinado de D. Fernando. In A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante. XII Simpósio de História Marítima. Lisboa: Academia de Marinha, 8 e 9 de Novembro de 2011.
- COELHO, José Manuel M. F., – Operações anfíbias no reinado de D. Afonso V – reinado preambular das grandes epopeias marítimas. Comunicação apresentada na Academia de Marinha, 21 de Junho de 2011 (pdf web).

³² Maria Helena da Cruz Coelho – D. João I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

- COELHO, Maria Helena da Cruz – D. João I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.
- D. DUARTE – Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Lisboa: Editorial Estampa (Edição Diplomática), 1982.
- DUARTE, Luís Miguel – A Marinha de Guerra. A Pólvora e o Norte de África. In Nova História Militar de Portugal. Direção de Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003.
- FARINHA, António Dias – Norte de África. In História da Expansão Portuguesa. Direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Vol. I. Círculo de Leitores, 1998.
- GOMES, Saul António – D. Afonso V. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- LOUSADA, Abílio [et al] – Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português. Lisboa: Jornal do Exército, 2011.
- MACEDO, Jorge Borges de – História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, s/d.
- MARTINS, Armando – Guerras Fernandinas. Matosinhos: QuidNovi, 2006.
- MONTEIRO, João Gouveia – A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- MURASE, Eric – Introduction à l'Histoire Militaire. Paris: Éditions Charles Lavouze.
- PINA, Rui de – Crónicas. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1977.
- PIZARRO, José A. de Souto Mayor – D. Dinis. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.
- RODRIGUES, José Filipe de Barros – Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, Secção IV, História Militar. Lisboa: Escola do Exército, 1935-1936.
- RUBIM, Nuno Varela – A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Arzila. Separata da Revista de Artilharia, 1987.
- SANTOS, José Loureiro dos – Ceuta 1415. A Conquista. Lisboa: Prefácio, 2002.
- SELVAGEM, Carlos – Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – História de Portugal. II Volume. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.
- TOYNBEE, Arnold – Um Estudo da História. Martins Fontes: 1987.

- ZURARA, Gomes Eanes de – Crónica do Conde D. Pedro de Menezes. Edição fac-símile do Abade Correia da Serra (1792). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1998.

- ZURARA, Gomes Eanes de – Crónica da Tomada de Ceuta. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1992.